

PROJETO PEDAGÓGICO

— CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO —

DIREITOS HUMANOS E TRABALHO

Brasília-DF • 2024



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome do curso

Curso de Especialização em Direitos Humanos e Trabalho

1.2. Tipo de atividade

Pós-graduação *lato sensu*

1.3. Modalidade de oferta

Curso EaD – assíncrono e síncrono

1.4. Realização

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

1.5. Responsável

1.5.1. Orientadora pedagógica

Daniela Ribeiro Mendes

Procuradora regional do Trabalho. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

daniela.mendes@mpt.mp.br

1.5.2. Responsável pelo suporte técnico do curso

Núcleo de Planejamento de Pós-Graduação (NUPOS) da ESMPU

1.6. Previsão de realização

O curso tem previsão para realização no período de maio de 2024 a novembro de 2025.

1.7. Ambiente de realização

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle, para atividades a distância.

1.8. Carga horária

Distribuição	Carga horária
Disciplinas (EaD)	420 horas-aula
Carga horária total do certificado	420 horas-aula
Elaboração do trabalho de conclusão de curso	60 horas-aula

1.9. Perfil do/a aluno/a e público-alvo

Membros/as e servidores/as do Ministério Público da União (MPU).

1.10. Vagas

Serão destinadas 50 (cinquenta) vagas para uma turma, conforme distribuição prevista no edital acadêmico.

2. JUSTIFICATIVA

A defesa dos direitos humanos constitui missão institucional do Ministério Público brasileiro. As questões que envolvem o mundo do trabalho afetam milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros/as, sendo fundamentos da nossa República Federativa a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

Para cumprir seu mister constitucional, é necessária a formação continuada de membros/as e servidores/as do MPU, mormente diante de cenários nacional e internacional adversos, nos quais a precarização da mão de obra e a falta de perspectivas presentes e futuras de trabalhadores/as parecem constituir a lógica inelutável de programas de austeridade.

O homem moderno constitui sua subjetividade a partir do trabalho, e é fundamental que a ESMPU propicie ambiente de reflexão, discussão e formação de profissionais que saibam utilizar os complexos mecanismos de direito material e processual aptos à defesa da dignidade humana.

Como Escola voltada à capacitação profissional na área do Direito, compreende-se que o curso de especialização deva direcionar-se à construção de estratégias para a solução de problemas vivenciados pelos/as participantes em sua prática profissional.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é uma instituição federal da administração direta, configurando-se como ente de direito público de natureza jurídica autônoma, vinculada diretamente ao/a procurador/a-geral da República. Oficialmente instalada no ano de 2000, tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A Escola promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e atividades de extensão, em busca de intercâmbio de informações, saberes e conhecimentos com vistas à profissionalização de membros/as e servidores/as do MPU. A instituição desenvolve projetos de pesquisa científica aplicada propostos por membros/as e servidores/as e líderes, por seus/suas pesquisadores/as, que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade.

Para mais informações, acesse o endereço eletrônico www.escola.mpu.mp.br.

3.1. Missão da ESMPU

Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos/as membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para uma atuação profissional eficaz, com vistas ao cumprimento de suas funções institucionais.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Objetivo geral

Conhecer a temática dos direitos humanos ligados ao mundo do trabalho, com exposição e discussão de conteúdos de dimensão teórica e pragmática, visando ao aperfeiçoamento da prática profissional dos/as participantes.

4.2. Objetivos específicos:

- conhecer as principais teorias sobre direitos humanos, contextualizando a evolução semântica do conceito no tempo e no espaço, com ênfase no mundo do trabalho;
- construir uma prática profissional comprometida com a proteção dos direitos humanos, mediante o manuseio de instrumental metodológico compatível;
- identificar problemas/obstáculos à plena proteção dos direitos humanos em sua prática profissional;

- promover o estudo continuado e crítico da atuação institucional, adequando-a aos reclamos contemporâneos das novas formas de ataque aos direitos humanos no mundo do trabalho moderno;
- realizar pesquisa aplicada tendo como base os observatórios digitais de trabalho, com vistas a solucionar problema específico da prática profissional.

5. SELEÇÃO

5.1. Tipos de seleção

A seleção do curso de pós-graduação *lato sensu* Direitos Humanos e Trabalho será realizada por meio de sistema eletrônico – sistema de inscrição e seleção da ESMPU –, conforme estabelecido no edital acadêmico.

5.2. Requisitos

Os requisitos para participação estão relacionados no edital acadêmico do curso.

6. MATRÍCULA

Os documentos para matrícula estão relacionados no edital acadêmico do curso.

7. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso pretende desenvolver a formação interdisciplinar dos/as membros/as e servidores/as do MPU, com vistas ao aperfeiçoamento da prática profissional crítica e comprometida com a efetivação dos direitos fundamentais, dando continuidade às edições anteriores do curso Direitos Humanos e Trabalho.

8. METODOLOGIA DE ENSINO

8.1. Procedimentos metodológicos

- **Aprendizagem baseada em problemas:** situações cotidianas da realidade profissional dos/as alunos/as, com apresentação de problemas e desafios a serem debatidos no ambiente virtual de aprendizagem.

- **Leitura crítica:** análise e leitura de textos críticos práticos e dialógicos, com a finalidade de desenvolver a pluralidade de visão sobre o tema e a capacidade de análise, interpretação e comparação com a realidade institucional.
- **Estudo de caso:** casos reais sobre os temas debatidos, com a finalidade de desenvolver proposições e trajetórias para o alcance das competências após a conclusão da especialização.

9. RECURSOS DIDÁTICOS

- **Videoaulas:** ferramenta audiovisual difusora do conhecimento aplicado, de modo interativo e dinâmico, com finalidade prática, profissionalizante e voltada à realidade da organização.
- **Fóruns de discussão:** ambiente virtual com o intuito de dialogar e aprofundar o tema desenvolvido entre os/as alunos/as.
- **Material bibliográfico:** textos curados pelo/a docente EaD com o objetivo de apresentar procedimentos e conhecimentos voltados para a aplicação prática e profissional dos/as discentes.
- **Blocos de questões:** ferramenta de fixação da aprendizagem de todo o conhecimento discutido no ambiente virtual.
- **Encontros síncronos:** será realizado um encontro síncrono por semana nas disciplinas do curso; o objetivo dos encontros é reforçar o conhecimento compartilhado entre os/as participantes, tratar de abordagens práticas e plantão de dúvidas aos/às discentes.

10. INTERDISCIPLINARIDADE

O curso foi concebido numa perspectiva epistemológica que privilegia a interdisciplinaridade, com vistas ao melhor equacionamento dos problemas e desafios relacionados ao mundo do trabalho. A questão do trabalho demanda um estudo fundamentado não apenas no Direito, mas também nas Ciências Sociais, na História e na Filosofia, já que se trata de fenômeno complexo que apresenta características particulares na sociedade moderna. A metodologia da pesquisa constituirá disciplina específica, voltada a municiar os/as participantes de instrumentos metodológicos hábeis à solução de problemas da vida prática profissional.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Disciplinas	Carga horária
1. A Constituição brasileira e o idealismo jurídico	60 horas-aula
2. Direito à saúde do/a trabalhador/a na perspectiva dos direitos humanos	60 horas-aula
3. Direitos coletivos do trabalho na perspectiva dos direitos humanos	60 horas-aula
4. Direito humano e fundamental ao trabalho	60 horas-aula
5. Metodologia da pesquisa aplicada ao Direito	60 horas-aula
6. Os direitos humanos e as desigualdades de gênero e raça	60 horas-aula
7. Trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas na ótica do trabalho digno e dos direitos humanos	60 horas-aula
Total da carga horária	420 horas-aula
Trabalho de conclusão de curso	60 horas-aula

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão definidas pelo/a docente de cada disciplina.

13. TECNOLOGIA EMPREGADA

O curso será realizado na plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Nessa plataforma são utilizadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que consistem no conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si com a finalidade de promover a comunicação e dinamizar o processo de ensino-aprendizagem.

Em cada disciplina o/a discente terá ao seu alcance o estudo por meio de videoaulas, material bibliográfico com textos curados pelo/a docente EaD, fóruns de debate e questões para fixação da aprendizagem. O/a aluno/a contará também com ambiente de

aprendizagem democrático e participativo, propício ao diálogo e ao estabelecimento de vínculo com os/as participantes da atividade, de forma que estimule o desejo de aprender, possibilite desafios e oportunize o desenvolvimento da colaboração, da autonomia e do pensamento crítico.

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O processo avaliativo adotado pela ESMPU compreende:

14.1. Avaliação de reação

A avaliação de reação tem como objetivo mensurar a satisfação dos/as participantes com a atividade acadêmica, em termos de planejamento, resultados, desempenho didático e suporte institucional.

14.2. Avaliação de impacto e suporte à transferência no trabalho

Destinada a mensurar a influência da ação de capacitação na aplicação e no desenvolvimento de competências do/a discente em seu ambiente de trabalho. A avaliação é aplicada após o término do curso, observado o lapso de tempo definido em regulamento próprio, a fim de avaliar a contribuição da atividade acadêmica no desempenho individual pós-treinamento e do programa acadêmico nos níveis institucional e social.

14.3. Avaliação de aprendizagem

14.3.1. Avaliação parcial de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem mede a aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes projetados para a atividade acadêmica. Essa avaliação realizada nos cursos da ESMPU considera os conceitos da avaliação formativa, de forma gradual e por disciplina, considerando a aquisição de aprendizagem ao longo de todo o processo. O objetivo é permitir aos/às participantes do processo – discentes e docentes – o acompanhamento de seu desenvolvimento e a verificação dos aspectos que necessitam de maior investimento, oferecendo *feedback* contínuo e constante.

14.3.2. Avaliação final de aprendizagem

Avaliação ao fim do processo com o objetivo de verificar as competências adquiridas pelos/as discentes.

14.4. Requisitos para aprovação

Os/as participantes deverão cumprir os seguintes requisitos para fazerem jus ao certificado:

» Aproveitamento nas disciplinas, com nota mínima 6,0 (seis) em cada disciplina e no trabalho de conclusão de curso, nos termos do regulamento.

A instituição utiliza tanto a avaliação formativa quanto a somativa, garantindo que o aprendizado seja contínuo e abrangente.

- **Avaliação formativa:** consiste na atribuição de uma nota para o aluno de acordo com seu desempenho, levando em conta aspectos como a relação com os integrantes do grupo e com o/a docente; a participação nas atividades propostas (blocos de questões, fóruns, encontros síncronos); a capacidade de expressar-se de forma clara, objetiva e organizada; o uso de conhecimentos prévios; e a demonstração de interesse e habilidade na aprendizagem do conteúdo proposto.
- **Avaliação somativa:** envolve a avaliação da aprendizagem do aluno, bem como a aquisição de habilidades e desempenho acadêmico, realizada ao final de um período de ensino. Normalmente ocorre por meio de provas e exames, ao final de um curso ou programa, com o objetivo de medir o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos.

A nota final em cada disciplina será estabelecida pela composição percentual das seguintes atividades:

- 20% – Blocos de questões
- 20% – Participação nos fóruns
- 20% – Participação nos encontros síncronos
- 40% – Prova final ou prova de recuperação realizada na plataforma

Importante: a prova de recuperação tem como função substituir apenas a prova final, sendo imprescindível que os alunos participem das demais atividades ao longo do curso para garantir o aproveitamento necessário e alcançar a nota mínima exigida.

» Apresentação e aprovação do trabalho de conclusão de curso (TCC), de acordo com as menções a seguir:

- I – reprovado;
- II – aprovado;
- III – aprovado com distinção.

Atenção: é obrigatória a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior e o encaminhamento do comprovante de envio à ESMPU. O/a aluno/a deverá realizar as adaptações necessárias, de acordo com as regras editoriais da revista escolhida.

O Boletim Científico da ESMPU possui classificação Qualis B4 e fluxo contínuo, permitindo que o/a discente submeta seu TCC a qualquer tempo. Mais informações em <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/index>.

15. DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC será realizado consoante os resultados do conhecimento construído ao longo do curso, aliado à sua aplicação nos diversos campos de trabalho, com base nas reais necessidades enfrentadas no cotidiano funcional do/a membro/a ou servidor/a do MPU.

O TCC terá a forma de artigo científico, inédito, e atenderá à formatação de originais de publicação periódica estabelecida nas normas internas da ESMPU, no link <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/publicacoes/formatacao-textual>, e no Projeto Pedagógico do curso.

Não serão aceitas como TCC peças processuais, verdadeiras ou simuladas, nem artigo com fins exclusivamente de revisão bibliográfica.

A extensão do artigo científico será de, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) laudas, com 2.100 (dois mil e cem) caracteres por lauda.

O TCC será realizado com temas vinculados às linhas de pesquisa aprovadas pelo/a orientador/a pedagógico/a do curso.

Os melhores TCCs escolhidos pelo/a orientador/a pedagógico/a poderão se transformar em seminário, para fins de divulgação, ou culminar na produção de uma pesquisa promovida pela ESMPU.

É exigida a cada discente a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior.

16. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Será computada como frequência a participação nas atividades propostas em cada disciplina (fóruns, questionários, entre outros).

17. CERTIFICAÇÃO

Os certificados de conclusão do curso são emitidos pela ESMPU aos/as discentes que obtiverem aprovação de acordo com os requisitos deste projeto. Será conferido ao/a discente o Certificado de Especialista, obedecendo às normas constantes na Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 1, de 6 de abril de 2018, a qual estabelece a menção da área de conhecimento do curso e o acompanhamento do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

- I – ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º desta Resolução;
- II – identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade;
- III – elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação.

O certificado será entregue no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do TCC e do cumprimento de todas as exigências previstas no curso.

18. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os trabalhos de conclusão do curso produzidos, versando sobre temas da área e elaborados com base em reflexões sobre a prática cotidiana do MPU, com o objetivo de apontar caminhos que conduzam a uma prática mais eficiente e eficaz, contribuirão para a modernização organizacional e produzirão reflexos diretos na forma de atuação da instituição na sociedade.

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

A ESMPU utiliza a plataforma virtual de aprendizagem Moodle como principal meio de ensino-aprendizagem para as atividades a distância. São elaboradas, por meio dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação do/a docente e dos/as alunos/as, tais como fóruns, chats e correio eletrônico. Ainda, para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem, a Escola Superior do Ministério Público da União concluiu, em 2019, a construção de sua nova sede, localizada no endereço SGAS 603, Avenida L2 Sul, em Brasília. No total, o edifício conta com cerca de 10 mil m² de área construída, distribuídos em cinco andares, permitindo a ampliação de oferta de atividades acadêmicas a membros/as e servidores/as do Ministério Público da União (MPU) e à sociedade civil.

O prédio conta com seis salas de aula; ambientes para setores administrativos, de pessoal e de apoio; dois auditórios (150 e 116 lugares); biblioteca; estúdio de gravação; estrutura de videoconferência; equipamento de ensino híbrido, que permite a mescla de salas de aula presenciais com salas EaD em tempo real; lanchonete com área de convivência; garagem; e jardins internos para aproveitamento de luz e ventilação natural. As áreas destinadas ao espaço acadêmico (salas de aula, auditórios, estúdio, laboratório de TI, biblioteca e sala da Comissão Própria de Avaliação) foram ampliadas em 82%, passando a ocupar 1.386,36 m² da sede. Isso permite receber um número maior de público, com mais qualidade e conforto.

O projeto arquitetônico buscou ainda uma identidade ecológica, preocupando-se com a redução no consumo de energia elétrica em iluminação e refrigeração do ar. A maioria

dos ambientes recebe luz natural e, devido aos espaços abertos no interior do edifício, há circulação do ar nas áreas comuns.

Com instalações mais modernas, mais atividades acadêmicas são oferecidas. O estúdio de gravação, por exemplo, permite a produção de conteúdo audiovisual como videoaulas, deixando os cursos a distância mais interativos. Também há sistema de videoconferência e transmissão dos eventos realizados nos auditórios e salas de aula equipadas com câmeras inteligentes do ensino híbrido, via *streaming*.

A ESMPU conta ainda com equipes especializadas de docentes – coordenador/a de ensino de cada ramo do MPU, orientador/a pedagógico/a, conteudistas, tutores/as e instrutores/as –, além de equipe técnica que acompanha a transposição dos conteúdos para a linguagem mais dialógica, voltada para o ensino a distância.

20. QUADRO DOCENTE

Os/as docentes serão contratados/as pela Escola em regime horista, de acordo com a Portaria PGR/MPU n. 9, de 28 de janeiro de 2021, que regulamenta a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União. Segue abaixo a relação dos/as docentes, a última titulação, a disciplina a ser ministrada e o link para acesso ao Currículo Lattes.

É relevante destacar que as disciplinas não estão vinculadas aos/as docentes de forma rígida e absoluta, tendo em vista que estes/as poderão interagir entre si, inclusive na colaboração e no desenvolvimento dos assuntos relacionados que envolvam mais de uma disciplina dentro do programa.

Disciplina 1: A Constituição brasileira e o idealismo jurídico

Docente responsável: João Batista Berthier Leite Soares

Titulação acadêmica: Doutor em Direito

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5609431554457604>

Disciplina 2: Direito à saúde do/a trabalhador/a na perspectiva dos direitos humanos

Docente responsável: Ileana Neiva Mousinho

Titulação acadêmica: Mestra em Direito

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2201288486922295>

Disciplina 3: Direitos coletivos do trabalho na perspectiva dos direitos humanos

Docente responsável: Alberto Emiliano de Oliveira Neto

Titulação acadêmica: Doutor em Direito

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2652481751839872>

Disciplina 4: Direito humano e fundamental ao trabalho

Docente responsável: Vanessa Patriota da Fonseca

Titulação acadêmica: Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9634415544539574>

Disciplina 5: Metodologia da pesquisa aplicada ao Direito

Docente responsável: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Titulação acadêmica: Doutora em Bioética

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8933361259561564>

Disciplina 6: Os direitos humanos e as desigualdades de gênero e raça

Docente responsável: Valdirene Silva de Assis

Titulação acadêmica: Mestra em Ciências Jurídico-Políticas

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1925307310528581>

Disciplina 7: Trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas na ótica do trabalho digno e dos direitos humanos

Docente responsável: Tiago Muniz Cavalcanti

Titulação acadêmica: Doutor em Direito

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7934187683721532>

ANEXO - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 1

A Constituição brasileira e o idealismo jurídico

Capacitador

João Batista Berthier Leite Soares

Ementa

O trabalho na Constituição brasileira. O idealismo jurídico. A realização dos direitos sociais dos/as trabalhadores e o papel da Constituição.

Conteúdo programático

1ª aula – O trabalho na Constituição de 1988

2ª aula – O idealismo jurídico e os riscos de uma argumentação fundada nas abstrações do direito positivo

3ª aula – A busca por uma hermenêutica constitucional efetiva para os direitos humanos dos trabalhadores

Bibliografia básica

BARBAGELATA, Hector-Hugo. **O particularismo do direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 1996.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. **Por uma teoria dos princípios – O princípio constitucional da razoabilidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DISCIPLINA 2

Direito à saúde do/a trabalhador/a na perspectiva dos direitos humanos

Capacitadora

Ileana Neiva Mousinho

Ementa

Direito à saúde. Saúde do/a trabalhador/a. Direito fundamental. Constituição Federal. Convenções internacionais. Normas infraconstitucionais. Negociação coletiva. Políticas públicas. Termo de ajustamento de conduta. Ação civil pública. Estratégias de concretização.

Conteúdo programático

Direito à saúde do/a trabalhador/a e ações de saúde do/a trabalhador/a na Constituição Federal e no Sistema Único de Saúde. Políticas públicas de saúde do/a trabalhador/a. Ministério Público do Trabalho como indutor de políticas públicas de saúde do/a trabalhador/a. Ministério Público do Trabalho e a negociação coletiva de normas de saúde e segurança do trabalho. O papel da mediação realizada pelo Ministério Público do Trabalho. A participação do Ministério Público do Trabalho em fóruns temáticos. A utilização do termo de ajustamento de conduta e da ação civil pública para concretização do direito à saúde do/a trabalhador/a. Interpretação constitucional e utilização das convenções internacionais. Princípios da prevenção e da precaução em matéria ambiental trabalhista. As normas infraconstitucionais e a negociação coletiva para respostas específicas em saúde do/a trabalhador/a. Possibilidades do termo de ajustamento de conduta. Limites da ação civil pública. Destinação de recursos para fomento de políticas públicas de saúde do/a trabalhador/a e pesquisa científica.

Bibliografia básica

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MOUSINHO, Ileana Neiva. O diálogo das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho com a legislação sanitária: uma realidade iniciada na pandemia de covid-19 e que deve ser aperfeiçoada. *In*: DELGADO, Maurício Godinho; BALAZEIRO, Alberto Bastos *et al.* (coord. e org.). **Normas Regulamentadoras (NR) relativas à segurança e medicina do trabalho**: percursos para a efetividade do trabalho decente. Brasília: Obra coletiva Enamat, fev. 2023. (Coleção Estudos Enamat, v. 2). p. 83-96.

MOUSINHO, Ileana Neiva. Termo de ajustamento de conduta em matéria ambiental trabalhista. *In*: **Meio ambiente do trabalho em foco**: Estudos em homenagem aos 15 anos da Codemat. Brasília: ESMPU, 2019. p. 287-319.

PESSUTTO, Maurício. Influência dos conselhos de saúde nas políticas públicas: considerações a partir das decisões do Conselho Estadual de Santa Catarina. *In*: ALVES, Sandra Mara Campos; DELDUQUE, Maria Célia; DINO NETO, Nicolao. **Direito sanitário em perspectiva**. Brasília: ESMPU: Fiocruz, 2015. (Série pós-graduação, v. 4). p. 407-429.

DISCIPLINA 3

Direitos coletivos do trabalho na perspectiva dos direitos humanos

Capacitador

Alberto Emiliano Oliveira Neto

Ementa

Liberdade sindical. Negociação coletiva. Negociação coletiva transnacional. Custeio sindical.

Conteúdo programático

Origens do sindicalismo. Sindicalismo brasileiro. Crise do sindicalismo. Liberdade de associação. Liberdade sindical. Organização sindical brasileira. Autonomia coletiva. Negociação coletiva. Limites da negociação coletiva. Cadeias produtivas globais. Direito transnacional. Sindicatos globais. Negociação coletiva transnacional. Códigos de conduta. Acordos macroglobais. Custeio sindical. Liberdade sindical negativa. Cláusulas de segurança sindical. Contribuição sindical. Contribuição assistencial. Contribuição confederativa. Contribuição associativa.

Bibliografia básica

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito sindical**. São Paulo: LTr, 2007.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. São Paulo: LTr, 2006.

OLIVEIRA NETO, A. E. **Contribuições sindicais**: modalidades de financiamento sindical e o princípio da liberdade sindical. São Paulo: LTr, 2010.

DISCIPLINA 4

Direito humano e fundamental ao trabalho

Capacitadora

Vanessa Patriota da Fonseca

Ementa

1ª aula – Trabalho, tecnologia e Direito no modo de produção capitalista

2ª aula – Metamorfoses tecnológicas, reestruturações produtivas e lutas de classe

3ª aula – Os sentidos do direito ao trabalho

Bibliografia básica

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica. Os sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações. **Revista TST**, Brasília. V. 78, n. 3, p. 37-63, jul./set. 2012. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/34299/002_andrade.pdf?sequence=3. Acesso em: 5 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

DISCIPLINA 5

Metodologia da pesquisa aplicada ao Direito

Capacitadora

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Ementa

Fundamentos básicos da pesquisa: conhecimento e realidade. Fundamentos práticos da pesquisa: problema, objetivos, referencial teórico, referencial metodológico, instrumentos de coleta de dados, tipos de pesquisa. Ética na pesquisa.

Bibliografia básica

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

DISCIPLINA 6

Os direitos humanos e as desigualdades de gênero e raça

Capacitadora

Valdirene Silva de Assis

Ementa

A disciplina tem como objetivo fomentar reflexão sobre a questão racial no Brasil e o dever do Estado de promover a igualdade étnico-racial; a equidade de gênero e a afirmação dos direitos das mulheres; e a intersecção de gênero e raça: os direitos da mulher negra.

Conteúdo programático

1ª aula – A questão racial no Brasil e o dever do Estado de promover a igualdade étnico-racial

2ª aula – Equidade de gênero: a afirmação dos direitos das mulheres

3ª aula – Gênero e raça: os direitos da mulher negra

Bibliografia básica

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DISCIPLINA 7

Trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas na ótica do trabalho digno e dos direitos humanos

Capacitador

Tiago Muniz Cavalcanti

Ementa

Trabalho escravo contemporâneo. Tráfico de pessoas. Trabalho digno e direitos humanos.

Conteúdo programático

Trabalho digno e direitos humanos; histórico da escravidão no Brasil; trabalho escravo contemporâneo; tráfico de pessoas; legislação brasileira; normas internacionais; políticas públicas brasileiras; migrações, vulnerabilidade, trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas; atuação do Ministério Público da União.

Bibliografia básica

CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da (org.). **Futuro do trabalho**: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília: ESMPU, 2020.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub-humanos**: o capitalismo e a metamorfose da escravidão. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (org.). **Privação de liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

MPU

